

ENSAIO TEÓRICO

# TEXTUALIDADE ALGORÍTMICA E NECROALGORITMIZAÇÃO

Júlio ARAÚJO

Departamento de Letras Vernáculas - Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Fortaleza, CE, Brasil

## RESUMO

Neste ensaio, parto da pergunta sobre como os algoritmos de inteligência artificial afetam diferentes comunidades e em que medida esses efeitos, especialmente em termos de raça, gênero e sexualidade, inscrevem-se em lógicas de exclusão. O objetivo é demonstrar que tais exclusões não são falhas ocasionais, mas expressões ordinárias de um regime que denomino necroalgoritmização e, para isso, proponho e aplico o Triângulo Discursivo da Textualidade Algorítmica, que articula as instâncias texto-prompt, texto-algoritmo e texto-resposta. Apoio-me em uma perspectiva crítica da linguagem, em debates sobre interseccionalidade, necropolítica, neutralidade técnica, opacidade algorítmica, capitalismo de vigilância e colonialismo de dados, defendendo a leitura do algoritmo como texto performativo. Metodologicamente, adoto uma abordagem ensaística e crítica, articulada a estudos de caso, incluindo buscas racializadas, rotulações discriminatórias em sistemas de imagem, um episódio envolvendo a influenciadora Sah Oliveira, notícias sobre assistentes virtuais em contexto criminal e prisões injustas por reconhecimento facial no Brasil. Também realizei um teste empírico no Google Imagens com o termo “cabelo feio”, cujos resultados analiso à luz do modelo proposto. Os achados mostram que o texto-prompt já carrega matrizes excludentes, voluntárias ou involuntárias, o texto-algoritmo processa esses insumos reproduzindo hierarquias raciais e sexistas sob opacidade técnica, e o texto-resposta devolve respostas que racializam estéticas e naturalizam desigualdades. Concluo que o algoritmo, lido como texto, revela não erros, mas um funcionamento estruturante da exclusão.

## PALAVRAS-CHAVE

Inteligência Artificial; Necroalgoritmização; Racismo Algorítmico; Textualidade Algorítmica.



### OPEN ACCESS

Todo conteúdo de *Cadernos de Linguística* está sob Licença Creative Commons CC - BY 4.0.

### EDITORES

- Kleber Silva (UnB)  
- Tamara da Rosa (IFFar)

### AVALIADORES

- Rosana Nunes (FATEC-São Paulo)  
- Nilcéia Bueno (SEED-PR)

Recebido: 15/09/2025

Aceito: 01/04/2026

Publicado: 18/05/2026

### COMO CITAR

ARAÚJO, J. (2026). Textualidade algorítmica e necroalgoritmização. *Cadernos de Linguística*, v. 7, n. 4, e882.



VERIFICAR  
ATUALIZAÇÕES

TITLE

ALGORITHMIC TEXTUALITY AND NECROALGORITHMIZATION

ABSTRACT

In this essay, I begin with the question of how artificial intelligence algorithms affect different communities and to what extent these effects, especially in terms of race, gender, and sexuality, are inscribed in logics of exclusion. My aim is to demonstrate that such exclusions are not occasional flaws, but ordinary expressions of a regime I call necroalgorithmization. To do so, I propose and apply the Discursive Triangle of Algorithmic Textuality (TDTA), which articulates the instances of Text-Prompt, Text-Algorithm, and Text-Response. I draw on a critical approach to language, intersectionality, necropolitics, critiques of technical neutrality and opacity, as well as debates on surveillance capitalism and data colonialism, while defending the reading of the algorithm as a performative text. Methodologically, I adopt an essayistic and critical approach articulated through case studies, including the search for “black girls,” the “gorillas” labeling in Google Photos, the episode involving Brazilian influencer Sah Oliveira, reports of Alexa or Echo being used as a witness in a criminal trial, and wrongful arrests based on facial recognition in Brazil. I also conducted an empirical test on Google Images using the term “cabelo feio” (“ugly hair”), whose results I analyze through the TDTA. The findings show that the Text-Prompt already embeds exclusionary matrices, whether voluntary or involuntary, the Text-Algorithm processes these inputs by reproducing racial and gender hierarchies under technical opacity, and the Text-Response delivers outputs that racialize aesthetics and naturalize inequalities. I conclude that the algorithm, when read as text, does not reveal errors, but rather a structuring mode of exclusion.

KEYWORDS

Artificial Intelligence; Necroalgorithmization; Algorithmic Racism; Algorithmic Textuality.

## INTRODUÇÃO

De que maneira os algoritmos de Inteligência Artificial (IA) afetam diferentes comunidades, e qual é a abrangência desse impacto? Esta é a pergunta que orienta o presente ensaio. Em um cenário em que a IA se torna cada vez mais central na organização da vida social, é urgente interrogar os pressupostos de neutralidade que acompanham os discursos sobre algoritmos. Esses sistemas, alimentados por grandes volumes de dados históricos, frequentemente carregam e automatizam preconceitos arraigados, reproduzindo desigualdades estruturais sob a aparência de técnica e inovação.

Neste trabalho, retomo o conceito de necroalgoritmização (Araújo, 2025a), formulado a partir de uma releitura da necropolítica de Achille Mbembe (2018) em diálogo com a teoria da interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (1989; 1991), **para compreender como os algoritmos automatizam decisões e produzem formas entrelaçadas de exclusão, como racismo, transfobia, homofobia e misoginia, incidindo especialmente sobre corpos atravessados por múltiplos eixos de subalternização**. Tais violências algorítmicas culminam em **mortes nem sempre simbólicas**, processos de apagamento ou de redução da subjetividade humana à condição de dado descartável, estigmatizado ou desumanizado.

Como afirma Kimberlé Crenshaw (1991),

... utilizei o conceito de interseccionalidade para denotar as diversas formas pelas quais raça e gênero interagem na conformação das múltiplas dimensões das experiências laborais das mulheres negras. [...] muitas das experiências vividas por mulheres negras não se enquadram nos limites tradicionais da discriminação racial ou de gênero [...]. A intersecção entre racismo e sexismo incide sobre a vida dessas mulheres de modos que não podem ser captados integralmente se examinarmos isoladamente as dimensões de raça ou de gênero dessas experiências (Crenshaw, 1991, p. 1244, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Desse modo, a experiência interseccional é maior do que a simples soma entre racismo e sexismo, de modo que qualquer análise que não leve em consideração a interseccionalidade será incapaz de abordar, de forma adequada, o modo específico pelo qual as mulheres pretas são subalternizadas. Essa formulação é crucial para compreender por que os sistemas algorítmicos, ao operar sobre grandes volumes de dados enviesados, tendem a reproduzir formas compostas e sobrepostas de exclusão. Não se trata apenas de somar marcadores identitários, mas de reconhecer que a combinação entre eles gera formas específicas de violência algorítmica ou, como proponho neste ensaio, de necroalgoritmização.

<sup>1</sup> Tradução livre de: "... I used the concept of intersectionality to denote the various ways in which race and gender interact to shape the multiple dimensions of Black women's employment experiences. [...] many of the experiences Black women face are not subsumed within the traditional boundaries of race or gender discrimination [...]. The intersection of racism and sexism factors into Black women's lives in ways that cannot be captured wholly by looking at the race or gender dimensions of those experiences separately" (Crenshaw, 1991, p. 1244).

O objetivo do presente trabalho é, portanto, investigar os múltiplos modos como a necroalgoritmização se manifesta, com base em evidências empíricas e formulações teóricas. Ao compreender os algoritmos como textos performativos (Araújo, 2025b), afirmo que a linguagem técnica não é neutra uma vez que ela organiza sentidos, regula práticas sociais e reproduz sistemas de poder. Defendo que a necroalgoritmização não é apenas efeito social dos algoritmos, mas se manifesta na própria textualidade algorítmica, onde exclusões históricas são processadas, codificadas e reiteradas como respostas técnicas.

O artigo está organizado em quatro blocos. **(1) Fundamentação:** com base na Linguística Aplicada Crítica, argumento que algoritmos devem ser lidos como textos performativos e situo a necroalgoritmização como prática discursiva. **(2) Panorama crítico:** retomo o debate sobre racismo algorítmico, de Syed M. Ali (2016) a Noble (2021) e pesquisas brasileiras, para mostrar que não se trata de “falha técnica”, mas de reconfiguração interseccional de desigualdades, exemplificada em vigilância, crédito e curadoria de plataformas. **(3)** defino o conceito de **necroalgoritmização**, descrevo a noção de **poder algorítmico** e apresento o **Triângulo Discursivo da Textualidade Algorítmica (TDTA)** como dispositivo teórico-metodológico para rastrear a coleta voluntária e involuntária de dados, o processamento opaco e a materialização sociotécnica das decisões algorítmicas. **(4) Aplicação:** analiso o caso Google no que concerne à beleza e à exclusão algorítmica, detalhando as três instâncias do TDTA: **Texto-Prompt (TP)**, **Texto-Algoritmo (TA)** e **Texto-Resposta (TR)**, evidenciando processos de necroalgoritmização estética que incidem sobre corpos negros. Nas considerações finais, sustento que algoritmos **enunciam e governam discursos**, e proponho uma **ética interseccional do código**, concebendo o TDTA como instrumento crítico e interventivo para a análise e a reescrita dos sistemas algorítmicos.

## 1. POR UMA CRÍTICA ALGORÍTMICA DA LINGUAGEM

Para aprofundar a reflexão proposta neste ensaio, inscrevo-me no campo da Linguística Aplicada Crítica (LAC), que compreende a linguagem como prática social, ideológica e situada em relações de poder. Essa abordagem rompe com visões instrumentais da linguagem, recusando o tratamento técnico e descontextualizado do discurso, especialmente quando aplicado à IA.

Como bem observa Pennycook (2010, p. 2, tradução nossa), “em vez de presumirmos que a linguagem seja um meio neutro para a transmissão de ideias, é mais produtivo concebê-la como uma

prática social e política, enredada em relações de poder tanto locais quanto globais”<sup>2</sup>. Nessa direção, tal formulação desloca o olhar sobre os algoritmos, que deixam de ser vistos apenas como artefatos técnicos e passam a ser compreendidos como textos performativos (Araújo, 2025b), plasmando práticas discursivas no e pelo tecido social e reproduzindo, ou contestando, os regimes de sentido que moldam a vida em tempos de IA.

A LAC oferece instrumentos epistêmicos e políticos para compreender como os algoritmos utilizam linguagem e, em função disso, performatizam exclusões sociais. Esses instrumentos incluem a problematização da neutralidade e da transparência (Rajagopalan, 2003), a articulação entre linguagem e ideologia na construção de identidades (Moita Lopes, 2006), a atenção à historicidade e à colonialidade que atravessam práticas discursivas (Menezes de Souza, 2011) e a ênfase na agência política da linguagem nos cotidianos (Pennycook, 2001). Longe de se restringir a uma descrição dos usos linguísticos, essa vertente da linguística aplicada compromete-se com a transformação das estruturas que sustentam desigualdades discursivas e materiais. Nesse horizonte, como observa Pennycook (2001), trata-se de articular os usos cotidianos da linguagem às estruturas sociais, culturais e políticas mais amplas, em uma perspectiva crítica que se orienta para a mudança e não para a simples descrição.

É nessa direção que este ensaio se alinha à tese segundo a qual “o algoritmo é um texto” (Araújo, 2025b), concebendo os sistemas algorítmicos como entidades performativas, discursivas e ideológicas que organizam sentidos, regulam condutas e instituem regimes de visibilidade e invisibilidade. Nesse horizonte, a necroalgoritmização não se configura como uma falha técnica ou um desvio contingente, mas como uma prática discursiva letal que se insinua nas dobras textuais do código, dos modelos estatísticos e das infraestruturas sociotécnicas, operando processos de apagamento, silenciamento e hierarquização de corpos e subjetividades.

## 2. ALGORITMOS COMO HERDEIROS DA DESIGUALDADE HISTÓRICA

O termo racismo algorítmico encontra uma de suas formulações pioneiras nos trabalhos de Syed Mustafa Ali, que em textos como *Algorithmic racism: a decolonial critique* (2016) e *Decolonizing information narratives: entangled apocalypics, algorithmic racism and the myths of history* (2017) articulou uma crítica decolonial à forma como os imaginários tecnológicos da modernidade ocidental

2 Tradução livre de: “rather than assuming that language is a neutral medium for the transmission of ideas, it is more productive to see it as a social and political practice that is embedded in local and global relations of power” (Pennycook, 2010, p. 2).

constroem o Outro racializado, em especial a negritude e o Islã, como ameaça, legitimando projetos sociotécnicos marcados por exclusão, eugenia e destruição ambiental (Ali, 2016; 2017).

A partir dessas formulações iniciais, o conceito ganhou ampla notoriedade com os estudos de autoras como Cathy O’Neil (2020) e Safiya Umoja Noble (2021), que denunciaram como sistemas computacionais, alimentados por dados enviesados, perpetuam estereótipos raciais e aprofundam desigualdades históricas. No Brasil, pesquisadores como Tarcízio Silva (2022) e o próprio autor deste ensaio (2025a; 2025c) têm mostrado como o racismo algorítmico assume contornos específicos em uma sociedade atravessada por desigualdades raciais estruturais, apontando para a necessidade de leituras críticas localizadas e epistemologicamente situadas.

Esses estudos mostram que, mais do que uma falha técnica, o racismo algorítmico constitui uma reconfiguração da lógica de exclusão, agora inscrita e operacionalizada em códigos computacionais. Plataformas de busca (Noble, 2021), sistemas de vigilância (Buolamwini; Gebru, 2018), mecanismos de crédito (Amparo; Prado, 2024) e aplicações de reconhecimento facial (Santos *et al.*, 2023) funcionam por meio de algoritmos que reiteradamente associam a negritude à criminalidade ou à anomalia.

O racismo algorítmico não pode ser compreendido como mera atualização do racismo histórico e estrutural, mas como sua necroalgoritmização, pois se trata de uma reconfiguração tecnológica que transforma preconceitos seculares em comandos invisíveis, inscrito em códigos que decidem silenciosamente quem tem acesso e quem é excluído. Ao operar em escala e velocidade inéditas, esses sistemas naturalizam a violência racial sob a aparência de neutralidade técnica, instaurando um novo regime de morte e exclusão, não mais apenas visível nas ruas ou instituições, mas disseminado de modo difuso e persistente nas arquiteturas digitais que organizam a vida contemporânea.

Exemplos disso são os casos emblemáticos que incluem o uso de reconhecimento facial por forças policiais, como mostrou a Rede de Observatórios da Segurança (2023) cujos dados atestam que entre as 151 prisões feitas por esse recurso, 90,5% eram de pessoas negras. E nessa mesma direção, como mostram Santos *et al.* (2023, p. 12), “abrir a caixa-preta do dispositivo faz ver qual rosto é o modelo e qual é o suspeito”. Também nas plataformas digitais, como TikTok e Instagram, usuários trans e não binários relatam exclusões de conteúdos e bloqueios de contas, mesmo sem violação de diretrizes. Conforme Boa Sorte, Gonçalves e Santos (2024), corpos dissidentes são rotineiramente lidos como “inadequados”, evidenciando uma curadoria algorítmica excludente.

No campo do crédito financeiro, Assef (2018) mostrou como sistemas de crédito penalizam bairros periféricos e racializados com base em inferências que operam como *proxies* raciais, mesmo sem coletar a variável “raça”. São formas de exclusão digital que reafirmam lógicas coloniais sob a linguagem da eficiência técnica. Na mesma direção, Garcia, Garcia e Rigobon (2024) evidenciam que os algoritmos utilizados por instituições bancárias e corretoras de imóveis reproduzem padrões

discriminatórios que não incidem de forma uniforme sobre todos os indivíduos negros, mas se intensificam quando fatores como raça, orientação sexual e gênero se entrecruzam.

A pesquisa de Garcia, Garcia e Rigobon (2024) mostra que homens negros gays enfrentam taxas de rejeição de crédito significativamente mais elevadas do que homens brancos heterossexuais, revelando que a exclusão algorítmica não se dá por uma única via identitária, mas por múltiplos vetores de opressão que se sobrepõem. Essa constatação reforça a importância da categoria de interseccionalidade, tal como proposta por Crenshaw (1989), para compreender os modos específicos pelos quais sujeitos marginalizados são afetados por sistemas automatizados de decisão.

Nesse contexto, a necroalgoritmização deve ser compreendida como um fenômeno interseccional (Araújo, 2025a) pois se trata da produção de ausências, recusas e silenciamentos que não operam apenas com base na raça, no gênero ou na sexualidade isoladamente, mas que se intensificam na intersecção entre essas categorias. O caso analisado por Garcia, Garcia e Rigobon (2024) demonstra que a lógica algorítmica da exclusão age de forma seletiva e estratificada, naturalizando desigualdades históricas sob a aparência de neutralidade técnica. É precisamente nesse ponto que o conceito de necroalgoritmização revela sua potência crítica, pois serve de lentes para que vejamos como os algoritmos perpetuam e reorganizam hierarquias sociais segundo lógicas interseccionais de apagamento e subalternização.

### 3. NECROALGORITMIZAÇÃO

A necroalgoritmização é aqui concebida como a automatização interseccional da exclusão e da desumanização. Inspirado na necropolítica de Achille Mbembe (2018) e na análise crítica de García-Canclini (2021) sobre a substituição da cidadania pela lógica algorítmica, o conceito busca compreender como sistemas digitais reproduzem o poder de decidir quem tem acesso à vida digna e quem é descartado pela máquina social digital.

Desse modo, a necroalgoritmização opera não como exceção, mas como engrenagem estrutural de múltiplas exclusões. Isso ocorre porque os algoritmos, por serem treinados a partir de dados históricos enviesados, reiteram padrões coloniais e normativos, silenciando, distorcendo ou precarizando a existência de grupos historicamente marginalizados. Em função disso, o necropoder dos sistemas algorítmicos reduz subjetividades a categorias estatísticas, atribuindo pesos desiguais à existência nos cálculos que organizam o cotidiano.

#### 3.1. TEXTUALIDADE ALGORÍTMICA E REGIMES DE PODER

Parto do pressuposto de que o algoritmo é um texto (Araújo, 2025b) e, em função disso, é preciso interrogar as linguagens que estruturam a textualidade algorítmica que opera de modo invisível.

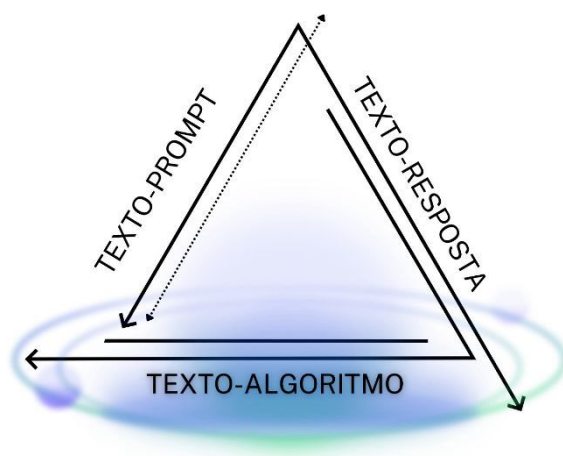
Reconhecer a natureza textual do algoritmo é relevante na medida em que a linguagem técnica da computação, frequentemente mascarada de neutralidade, opera como um discurso regulatório com efeitos profundos sobre como vidas são reconhecidas, validadas ou apagadas.

Em função disso, ancore-me na Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2001) e na Linguística Textual contemporânea, para propor uma leitura dos algoritmos como práticas discursivas situadas. Como afirma Beaugrande (1997), os textos devem ser vistos em seus ecossistemas pragmáticos, cognitivos e tecnológicos. Koch (2006) amplia essa concepção ao propor o texto como processo inferencial e interativo, enquanto Marcuschi (2008) destaca seu caráter multimodal e social.

Essa conjuntura teórica permite analisar os algoritmos como textos performativos na medida em que eles produzem sentidos, classificam sujeitos e organizam mundos (Araújo, 2025b). Expor a textualidade do algoritmo, portanto, escancara a curadoria algorítmica como uma seleção automatizada de conteúdos, perfis e decisões, que opera com taxonomias e pesos valorativos que reproduzem normas excludentes. Trata-se, portanto, de uma lógica algorítmica que filtra o mundo conforme critérios históricos de poder.

### 3.2. TRIÂNGULO DISCURSIVO DA TEXTUALIDADE ALGORÍTMICA E O CICLO DA EXCLUSÃO

O Triângulo Discursivo da Textualidade Algorítmica (TDTA) foi inicialmente proposto (Araújo, 2025c) como um modelo analítico para compreender a produção discursiva mediada por IA a partir de três instâncias textuais interdependentes: texto-prompt, texto-algoritmo e texto-resposta. No presente artigo, retomo e atualizo essa proposta, ampliando sua fundamentação teórica e explorando suas implicações analíticas no contexto da necroalgoritmização, de modo a refinar o modelo como ferramenta crítica para a leitura interseccional dos regimes algorítmicos de produção de sentido.



**Figura 1.** Triângulo discursivo da textualidade algorítmica. Fonte: elaborado pelo autor (2026).

O **TDTA** é uma ferramenta analítica que desenvolvi para mapear criticamente os sentidos que atravessam a produção, a mediação e a recepção dos discursos algorítmicos. Estruturado em três instâncias textuais interdependentes – **Texto-Prompt (TP)**, **Texto-Algoritmo (TA)** e **Texto-Resposta (TR)** – essa abordagem propõe uma triangulação de leitura que desloca o olhar técnico e instrumental sobre os algoritmos, compreendendo-os como **textos performativos (Araújo, 2025b)**, que organizam (in)visibilidades, regulam práticas e reproduzem ideologias.

A figura 1, acima, retoma e atualiza o **TDTA** que mostrei em Araújo (2025c). Nesta nova versão, mostro que toda triangulação textual (entrada e saída) converge para a base do triângulo, onde está o TA. As setas **contínuas** indicam os fluxos **voluntários** de dados, isto é, quando o sujeito enuncia conscientemente no TP e quando o TR retorna ao sistema (cliques, correções, compartilhamentos), **retroalimentando** o algoritmo. A **seta fina e pontilhada** torna visível o **Prompt Involuntário**, que é uma coleta de dados sutil, ubíqua e não consciente (capturas ambientais, metadados, indexações automáticas) que também deságua no TA.

Ao direcionar todas as setas para a base, o diagrama revela o processo de **datificação**, em que tudo, desde enunciados explícitos até vestígios mínimos das interações, é convertido em dados e absorvido por um mesmo circuito técnico. A nuvem em tons azul-lilás-esverdeados simboliza essa **camada infraestrutural invisível** (*logs, metadados, data lakes, modelos, pipelines*) na qual os insumos são agregados e processados sem que o usuário tenha acesso ou controle. É essa convergência absoluta, voluntária e involuntária, de entradas e saídas, que dá sustentação à lógica do **big data**: a vida social, permanentemente textualizada, é capturada, armazenada e trabalhada nessa camada opaca que delimita o que o algoritmo pode ver, inferir e decidir.

Desse modo, a escolha pela sequência **TP-TA-TR** não é arbitrária, pois ela reflete a arquitetura clássica dos sistemas computacionais de **entrada-processamento-saída**, que fundamenta tanto programas quanto sistemas de IA (Russell; Norvig, 2021). No nível do aprendizado de máquina, essa mesma lógica se manifesta no ciclo **dados-modelo-predição** (treinamento e inferência), em que os **textos, convertidos em representações computacionais, como *features* ou *embeddings***<sup>3</sup>, **alimentam os modelos e dão origem às saídas observáveis** (Goodfellow; Bengio; Courville, 2016; Mitchell, 1997).

Para Boa Sorte (2024, p. 50), o prompt “pode ser denominado como texto de entrada, utilizado para gerar a saída ou resposta desejada”. Em minha abordagem, embora também o compreenda como texto, denomino a instância final de Texto-Resposta, isto é, o produto visível resultante da

3 No campo do aprendizado de máquina, *features* designam as características extraídas de um texto (como frequência de palavras ou *n-grams*) que permitem ao algoritmo manipulá-lo (Mitchell, 1997; Jurafsky; Martin, 2023). Já os *embeddings* correspondem a representações vetoriais mais sofisticadas, nas quais palavras, frases ou documentos são convertidos em números em um espaço multidimensional, preservando relações semânticas e contextuais entre eles (Mikolov et al., 2013; Goodfellow; Bengio; Courville, 2016).

interação entre o Texto-Prompt e o Texto-Algoritmo. Desse modo, a formulação de Boa Sorte fortalece a tese de que o algoritmo deve ser lido como texto: o prompt textualiza a intenção humana (TP), o sistema processa essa entrada em uma camada opaca de cálculo e inferência (TA), e o resultado final emerge como TR. Assim, a própria ideia de “gerar saída ou resposta” confirma que estamos diante de uma triangulação textual-discursiva completa, que só se torna legível de forma crítica pela interação dessas três instâncias.

Esse encadeamento técnico, porém, não é neutro haja vista cada etapa envolver escolhas de coleta, rotulagem, parametrização e avaliação que **inscrevem relações de poder**, deliberando o que é capturado, como é representado e quem controla os critérios de decisão. É por isso que manter **rastreabilidade crítica** ao longo de TP, TA e TR é indispensável para compreender a datificação e seus efeitos, como demonstra a literatura de **Big Data** e de infraestruturas sociotécnicas (Boyd; Crawford, 2012; Crawford, 2021; Zuboff, 2019; Nissenbaum, 2010; Kitchin, 2014). Essa triangulação analítica favorece tanto a compreensão de **como os sentidos são inseridos**, mediados e materializados (Hill, 2016), quanto a identificação dos **pontos de opacidade e exclusão** que operam em cada vértice. Adotar essa ordem tem três implicações decisivas para a aplicabilidade dessa abordagem:

1. **Favorece o ensino e a divulgação científica**, especialmente em formações com professores/as ou públicos não técnicos, ao tornar o percurso do dado até a resposta algo tangível e inteligível. A progressão TP→TA→TR permite demonstrar, de modo pedagógico, como decisões aparentemente técnicas são, na verdade, escolhas discursivas com efeitos sociais concretos.
2. **Dá margem para incorporar a interseccionalidade nos três momentos do processo**, permitindo identificar como raça, gênero, classe, sexualidade, capacitismo ou outras marcas sociais são codificadas, processadas e recodificadas nos sistemas. O TP carrega epistemologias hegemônicas, o TA aplica lógicas probabilísticas, quase sempre, excludentes, e o TR visibiliza ou apaga corpos e narrativas, tudo isso de forma interdependente.
3. **Permite articulações metodológicas com análise de discurso, estudos de caso e crítica discursiva interseccional**, o que amplia o uso do TDTA não apenas como instrumento teórico, mas também como ferramenta empírica. Seu potencial analítico estende-se a ambientes diversos, tais como buscadores, redes sociais, plataformas de crédito, sistemas de saúde, tecnologias de reconhecimento facial, entre outros, onde a linguagem computacional organiza decisões que impactam vidas.

A seguir, descrevo brevemente cada uma das instâncias.

### Texto-Prompt (TP)

Esta instância, concebida como ponto de entrada do sistema, compreende comandos, *corpora*, taxonomias e categorias ontológicas que alimentam o processamento subsequente. Contudo, para uma leitura crítica do ecossistema algorítmico contemporâneo, é necessário expandir essa definição

para além das interações conscientes do usuário e reconhecer dois modos distintos de inscrição de dados: o prompt voluntário e o prompt involuntário.

O **prompt voluntário**, representado pela seta contínua na figura 1, refere-se às entradas em que o sujeito, de modo consciente e intencional, interage com o sistema. Isso ocorre quando alguém envia áudios por aplicativos de mensagem, realiza buscas no Google, preenche formulários para criar perfis em redes sociais, registra e compartilha fotos, solicita um carro por aplicativo, pede uma pizza no iFood ou faz perguntas para uma IA generativa. Ainda que nem sempre compreenda plenamente as implicações do uso posterior de seus dados, o indivíduo mantém alguma percepção de que está fornecendo insumos ao processamento algorítmico.

Por outro lado, o prompt involuntário, representado pela seta pontilhada na figura 1, designa um fenômeno mais difuso e problemático na medida em que a coleta de dados acontece à revelia do sujeito, sem que haja consciência ou consentimento sobre o processo. Trata-se de um regime de captura ubíquo e pervasivo de câmeras de reconhecimento facial que registram rostos em espaços públicos, microfones embutidos em dispositivos conectados que capturam vozes, imagens e vídeos indexados por motores de busca sem autorização, além de metadados extraídos de interações cotidianas, como geolocalização ou padrões de navegação. Nesse cenário, a vida cotidiana é textualizada compulsoriamente, transformando corpos, rostos e vozes em insumos legíveis para o algoritmo.

O conceito de prompt involuntário amplia o escopo analítico das pesquisas em textualidade algorítmica ao reconhecer que grande parte dos dados utilizados em sistemas de IA é capturada sem agência ou consentimento dos sujeitos. Tal noção dialoga diretamente com teorias do *surveillance capitalism* (Zuboff, 2019), que expõem a extração contínua e não consensual de dados pessoais, e com o conceito de *data colonialism* (Couldry; Mejias, 2019), que descreve a apropriação de rastros digitais como prática de colonização contemporânea. Ao situar a coleta compulsória como parte constitutiva do Texto-Prompt, o TDTA revela que o ciclo da necroalgoritmização começa muito antes da resposta algorítmica e opera silenciosamente na própria inscrição dos sujeitos no sistema.

O caso do assassinato de Sílvia Galva, ocorrido em Hallandale Beach, Flórida, em 2019, exemplifica o funcionamento do que aqui denomino **prompt involuntário**, isto é, a produção de dados e inscrições discursivas algorítmicas sem comando consciente do sujeito. As autoridades requisitaram judicialmente registros de um dispositivo Amazon Echo presente na residência, sob a hipótese de que a assistente virtual Alexa pudesse ter captado sons relacionados ao evento letal. Conforme noticiado pela *Wired*, pela *NBC Miami* e pela organização *Privacy International*, tratava-se da possibilidade de um dispositivo doméstico operar como uma espécie de testemunha algorítmica, mesmo na ausência de acionamento explícito de gravação (*Wired*, 2020; *NBC Miami*, 2019; *Privacy International*, 2019). O episódio evidencia como a coleta ubíqua e silenciosa de dados converte a vida cotidiana em insumo processável por sistemas algorítmicos, deslocando radicalmente a fronteira entre o íntimo e o público e transformando infraestruturas domésticas em dispositivos

epistêmicos e jurídicos de vigilância, com implicações profundas para a compreensão crítica da textualidade algorítmica e da necroalgoritmização.

Por outro lado, o mesmo mecanismo de coleta ubíqua pode gerar efeitos profundamente prejudiciais, sobretudo quando associado a sistemas enviesados de reconhecimento facial. Como documentado em estudos e reportagens, tais tecnologias têm levado a **prisões injustas de pessoas negras**, em razão da alta taxa de falsos positivos e da associação equivocada de rostos a crimes. Casos noticiados por veículos internacionais evidenciam que homens negros foram detidos com base em identificações algorítmicas falhas.

No Brasil, a face perversa do **prompt involuntário** se manifesta em prisões baseadas em reconhecimento facial ou fotográfico (Silva, 2022). No Rio de Janeiro, levantamento da *Agência Brasil* mostrou que **80% das prisões equivocadas** por reconhecimento facial envolveram pessoas negras, o que levou o Tribunal de Justiça a recomendar que o método não fosse usado como prova única em inquéritos (Agência Brasil, 2022). O caso de **Danilo Félix**, jovem negro preso injustamente duas vezes após ser identificado por fotografias em delegacias, exemplifica a distorção, como relatou o *Brasil de Fato* (2024). Relatórios da Defensoria Pública confirmam a dimensão estrutural do problema, indicando que **81% dos presos indevidamente** por esse método eram negros (Defensoria Pública do RJ, 2023). Mais recentemente, outro estudo mostrou que **mais da metade das abordagens policiais motivadas por reconhecimento facial resultaram em identificações equivocadas**, reforçando o caráter falho e discriminatório da tecnologia quando aplicada sem critérios rigorosos (Agência Brasil, 2025). Esses episódios revelam que, embora em certos contextos **prompt involuntário** possa auxiliar investigações, em outros consolida desigualdades históricas, ferindo direitos e violando dignidades.

Essa distinção revela que o TP não se limita à formulação explícita de uma pergunta ou comando, mas inclui também o que denomino entrada algorítmica compulsória, isto é, processos em que a coleta e a inscrição de dados ocorrem sem negociação ética, reproduzindo dinâmicas coloniais e práticas extrativistas características do capitalismo de vigilância. Ao serem convertidos em texto-prompt, esses vestígios já carregam epistemologias hegemônicas, recortes coloniais e silenciamentos estruturais que antecipam hierarquias de visibilidade e reconhecimento reproduzidas ao longo de todo o ciclo discursivo homem-máquina. É nesse ponto inicial que a necroalgoritmização começa a operar, definindo quem será visto, quem será mal interpretado e quem permanecerá invisível para o sistema.

### Texto-Algoritmo (TA)

Localizado naquilo que denomino camada de processamento opaca, representada na figura visualmente como uma “nuvem”, o TA compreende o núcleo computacional do sistema no qual se localizam arquiteturas de rede neural, funções de ativação, pesos ajustados durante o treinamento e parâmetros otimizados para tarefas específicas. É nesse espaço que se materializam os processos

de *machine learning* e *deep learning*, transformando o Texto-Prompt (voluntário ou involuntário) em representações vetoriais e decisões probabilísticas.

A presença do prompt involuntário torna essa camada ainda mais crítica, uma vez que os dados obtidos sem consentimento podem ser processados com a mesma legitimidade técnica dos dados voluntários, mas carregam camadas adicionais de violência epistêmica e assimetria ética. Ao normalizar a integração de dados capturados à revelia, como rostos sequestrados por câmeras de segurança ou vozes indexadas sem autorização, o TA performa escolhas políticas invisíveis, convertendo desigualdades estruturais em métricas e funções de custo. Esse processamento opera como uma textualidade computacional da decisão, estabilizando hierarquias e exclusões que permanecem opacas para o usuário, mas que determinarão o que será reconhecido, descartado ou silenciado na etapa seguinte.

### Texto-Resposta (TR)

Este vértice do triângulo representa a materialização visível do ciclo algorítmico no qual se plasnam recomendações, diagnósticos, ranqueamentos, imagens ou textos que emergem do processamento. Embora pareça a face mais transparente do sistema, afinal, é o que o usuário vê e interage, o TR carrega em sua superfície os efeitos acumulados das camadas anteriores, sem revelar os critérios que o engendraram. A distinção entre prompts voluntários e involuntários permanece invisível para o usuário, pois a resposta algorítmica não explicita se foi treinada com dados cedidos conscientemente ou capturados sem permissão, ocultando o grau de coerção e extrativismo embutido no sistema.

Ao apresentar escolhas como inevitáveis e padrões como universais, o TR naturaliza desigualdades e reforça narrativas de neutralidade técnica. Quando sistemas de reconhecimento facial erram com maior frequência na identificação de pessoas negras (Buolamwini; Gebu, 2018) ou quando buscadores priorizam imagens estereotipadas de grupos marginalizados (Noble, 2021) não se trata de um erro técnico isolado, mas da manifestação visível de um circuito de necroalgoritmização que começou na coleta (TP), se consolidou no processamento (TA) e se materializou na resposta (TR).

Ao integrar a distinção entre prompt voluntário e involuntário e explicitar a camada de processamento opaca do Texto-Algoritmo, o TDTA desloca a compreensão da interação homem-máquina de um modelo simplista de *input-output* para um ecossistema discursivo e ético-político complexo. Essa abordagem dialoga com os debates contemporâneos sobre *black box algorithms* (Pasquale, 2015; Burrell, 2016), capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) e colonialismo de dados (Couldry; Mejias, 2019), evidenciando como a necroalgoritmização (Araújo, 2025a) se manifesta de maneira diferenciada em cada vértice do triângulo: na coleta compulsória de dados, na lógica hierarquizante do processamento e na naturalização de desigualdades na resposta. Ao tornar visíveis

esses atravessamentos, o TDTA permite diagnosticar como o mundo vem sendo codificado e, ao fazê-lo, propõe um *framework* crítico e interventivo para imaginar sistemas mais justos, auditáveis e plurais.

#### 4. GOOGLE, BELEZA E EXCLUSÃO ALGORÍTMICA

Em *Algoritmos da Opressão*, Safiya Noble (2021) desmonta a ideia de neutralidade algorítmica ao mostrar como sistemas de busca, especialmente o algoritmo do Google, refletem e **amplificam preconceitos raciais**, legitimando estigmas históricos. Um de seus exemplos mais contundentes é a associação do termo “*black girls*” a conteúdos hipersexualizados, misóginos e racistas, ainda que o texto-prompt voluntário de Noble não contivesse qualquer referência sexual. O motor de busca, nesse caso, indexa, organiza e reinscreve sentidos, transformando o corpo negro feminino em categoria disponível para consumo violento.

A mesma lógica de exclusão automatizada já havia sido exposta em 2015, quando o engenheiro Jacky Alciné denunciou que o sistema de rotulagem automática do Google Imagens havia classificado fotos suas e de uma amiga, ambas pessoas pretas, com a etiqueta “*gorillas*”. A repercussão internacional revelou que o algoritmo de reconhecimento de imagens reatualizava um dos estigmas mais brutais do racismo colonial: a animalização dos corpos pretos. A resposta do Google foi declarar-se “consternado” e, como medida emergencial, remover os termos “gorilla”, “chimpanzee” e “monkey” do vocabulário do sistema (Business Insider, 2015; The Guardian, 2018).

Alguns anos depois, um episódio ocorrido no Brasil mostrou como essa mesma textualidade algorítmica atua em diferentes contextos socioculturais. A influenciadora negra **Sah Oliveira** teve sua imagem vinculada automaticamente ao termo “cabelo feio” no Google Imagens (Marques, 2023). A fotografia, originalmente publicada em matéria que denunciava os estigmas contra cabelos crespos, foi reinscrita pelo algoritmo como exemplo daquilo que deveria ser lido como “indesejável” ou “disforme”. Se, no caso de Alciné, a violência simbólica se materializou na etiqueta animalizante, no caso de Sah Oliveira ela emergiu como sentença estética racializada. Ambos os episódios compartilham um núcleo comum: a automatização de uma hierarquia visual que, ao operar por meio de hiperassociações estatísticas, ignora contextos discursivos e reinscreve corpos negros em zonas de desumanização ou de feiura ontológica.

Longe de se tratar de “falhas técnicas”, essas ocorrências revelam o **funcionamento ordinário e interseccional da necroalgoritmização**. O que aparece como erro isolado é, na verdade, a expressão automatizada de um sistema que **codifica exclusões** a partir da repetição estatística de preconceitos históricos. Por isso, o algoritmo deve ser lido como **texto performativo** (Araújo, 2025b) que organiza sentidos, hierarquiza visualidades e legitima apagamentos sob o véu da suposta eficiência computacional.

Para evidenciar essas engrenagens simbólicas, recorro ao **TDTA**, já apresentado em seção anterior, pois ele permite cartografar os sentidos inscritos nas três instâncias interdependentes do processo algorítmico: o **TP**, que representa os insumos discursivos fornecidos ao sistema; o **TA**, que corresponde à lógica de processamento e associação dos dados; e o **TR**, que se manifesta na materialização textual, visual ou sonora da saída.

Para tornar mais visível como o **TDTA** ajuda a mapear os mecanismos de exclusão em diferentes contextos, apresento a seguir um quadro que retoma os três casos emblemáticos, o de *Safiya Noble* com a busca “*black girls*”, o de *Jacky Alciné* e o de *Sah Oliveira* ambos no Google Imagens, evidenciando como o **TP**, o **TA** e o **TR** se articulam na produção performativa da necroalgoritmização interseccional.

Caso	TP – Entrada	TA – Processamento	TR – Saída
Safiya Noble / “black girls”	Busca por “black girls”, sem referência sexual	Algoritmo indexa e associa estatisticamente termos e links mais acessados	Resultados hipersexualizados, racistas e misóginos, reforçando estigmas
Jacky Alciné / Google Imagens (2015)	Upload de fotos pessoais de Jacky Alciné e amiga	Sistema de reconhecimento de imagem classifica rostos negros com base em associações enviesadas	Etiqueta automática “gorillas”, animalizando corpos negros
Sah Oliveira / Google Imagens (2021)	Fotografia publicada em matéria sobre estigmas contra cabelos crespos	Algoritmo de indexação associa a imagem ao termo “cabelo feio”	Resultado: vinculação automática da foto a uma estética racializada negativa

**Quadro 1.** Aplicação do TDTA a casos de necroalgoritmização interseccional no Google. Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Aplicado aos casos aqui discutidos, o TDTA revela que a sequência funcional da máquina, da entrada à saída é, de fato, um **encadeamento performativo de exclusões**. O **prompt** (por exemplo, a busca por “*black girls*” ou a indexação de uma foto de cabelo crespo), a **lógica algorítmica da associação** (que ignora contexto discursivo e reforça estigmas históricos) e a **resposta imagética** (hipersexualização, animalização ou estética da feiura) compõem, em conjunto, um **TA** que materializa formas de exclusão interseccional. Assim, o TDTA desnaturaliza o funcionamento técnico e reinscreve o algoritmo no campo do **discurso, da política e da ética**, evidenciando como a necroalgoritmização se torna performance codificada da exclusão.

#### 4.1. TEXTO-PROMPT: A LINGUAGEM DA BUSCA COMO COMANDO IDEOLÓGICO

A entrada “cabelo feio” pode parecer, à primeira vista, um termo subjetivo, genérico, inofensivo. Mas, como bem observa Noble (2021), buscar no Google não é apenas recuperar saberes, mas configurar sentidos, pois, nesse caso, a busca estrutura sentidos a partir de um imaginário histórico que associa a estética negra à desvalorização, especialmente quando encarnada por mulheres.

Para o algoritmo do Google, “feio” não é uma categoria estética universal, mas um marcador racializado, genericado e culturalmente situado. O TP aciona, portanto, um arquivo discursivo onde corpos negros, crespos e femininos são previamente inscritos como destoantes da norma. O **termo**

**“cabelo feio” aciona, portanto, um arquivo discursivo em que o feio é racializado, generificado e atravessado por normas estéticas que excluem corpos dissidentes.** Trata-se de um comando de busca que já vem saturado por epistemologias coloniais, construindo o que o algoritmo deverá reconhecer como relevante.

Esse comando ideológico, ao ser processado pelo sistema, ativa a segunda instância do triângulo: a gramática algorítmica da associação, que transformará proximidade textual em equivalência semântica.

#### 4.2. TEXTO-ALGORITMO: A GRAMÁTICA DA ASSOCIAÇÃO COMO TECNOLOGIA DO APAGAMENTO

O algoritmo do Google Imagens responde ao Prompt mobilizando pesos semânticos, frequência textual e associação entre palavras-chave e elementos visuais. No entanto, ao fazê-lo, não distingue entre crítica e reprodução, entre denúncia e desqualificação. A imagem de Sah Oliveira, presente em uma matéria que questionava o preconceito contra cabelos crespos, foi lida como ilustrativa do termo “cabelo feio”, não por erro de indexação, mas por fidelidade à lógica associativa do sistema.

Essa é, em essência, a operação característica do TA, pois ele calcula, mas não interpreta; estrutura relevâncias, mas desconsidera os contextos sociais, históricos e afetivos que moldam os sentidos. Trata-se de um funcionamento regido por uma lógica de associação descontextualizada, que se revela particularmente perversa quando aplicada a imagens de mulheres negras. Nesses casos, a máquina é programada para ignorar os marcadores interseccionais, como raça, gênero, classe e estética, que historicamente inscreveram esses corpos na zona da hipervisibilidade estigmatizante. O algoritmo, ao operar com base em padrões estatísticos, executa uma gramática opaca e automatizada que converte mera proximidade numérica em suposta equivalência simbólica.

Esse processo silencia a complexidade discursiva da imagem e neutraliza a intenção crítica que poderia emergir da enunciação original. Ao recodificar a imagem dentro dos parâmetros normativos do sistema, o TA a transforma em evidência reiterativa de uma expectativa preexistente, isto é, aquilo que o sistema já projeta como “feio”. Trata-se, portanto, de uma reescrita algorítmica que espria violências simbólicas sob a aparência de automatismo técnico, ocultando sua dimensão ideológica sob a superfície da eficiência computacional.

À luz do conceito de necroalgoritmização, trata-se de uma distorção semiótica que transforma denúncia em confirmação, um ciclo de captura em que o algoritmo é cúmplice da estrutura que deveria descrever. Essa incapacidade de interpretar criticamente o contexto será determinante para a resposta algorítmica, que não apenas organiza imagens, mas performa uma exclusão simbólica.

A fim de verificar a permanência e a atualização dessa lógica excludente, no dia 15 de junho de 2025, realizei um teste no Google, utilizando a busca pelo termo **“cabelo feio”**. O objetivo foi observar como o algoritmo, no presente, organiza e hierarquiza visualidades associadas a esse

estigma. Na próxima seção, apresento os resultados dessa busca, que reiteram padrões históricos de racialização estética e se inscrevem na dinâmica interseccional da necroalgoritmização.

#### 4.3. TEXTO-RESPOSTA: A IMAGEM COMO SENTENÇA DE DESVALOR

A resposta algorítmica se manifesta na superfície mais visível do processo, que é a página de resultados. Com o intuito de verificar se o caso denunciado por Sah Oliveira havia sido corrigido pelo sistema de busca do Google, realizei, no contexto de minha pesquisa, um teste empírico: digitei o prompt “cabelo feio” no Google Imagens. O que encontrei foi uma repetição inquietante, uma galeria de rostos majoritariamente negros, especialmente de mulheres de cabelos crespos, algumas em expressões sérias, infantis ou inseridas em contextos aparentemente neutros.

Como mostra a Figura 2, abaixo, o padrão de racialização e estetização excludente persiste, evidenciando que a máquina continua a codificar corpos negros como desvios da norma estética. Tal constatação torna-se ainda mais grave diante das recentes decisões de grandes plataformas como Meta e X (antigo Twitter), que passaram a permitir, sob o pretexto da liberdade de expressão, a classificação de pessoas LGBTQIAPN+ como “doentes mentais” e a veiculação aberta de discursos racistas, homofóbicos, misóginos e xenofóbicos nos Estados Unidos. O que está em jogo, portanto, não é apenas um erro técnico, mas uma política de curadoria digital que legitima a violência simbólica e consagra, sob a aparência de neutralidade, uma textualidade algorítmica da exclusão.

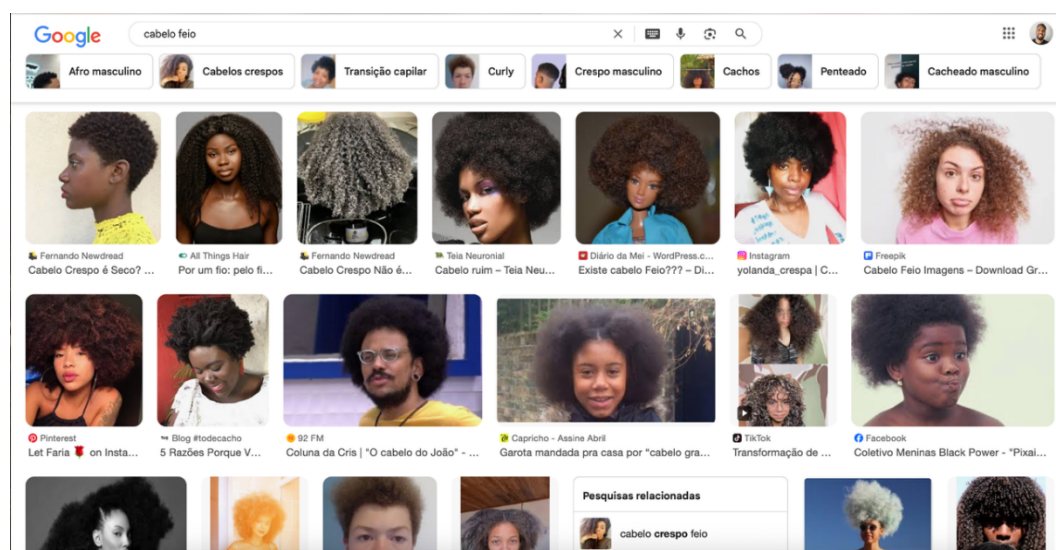


Figura 2. A estética codificada do desvalor: resultados da busca por “cabelo feio” no Google Imagens. Fonte: Dados da pesquisa coletados em 15 de junho de 2025.

**Descrição da Figura 2:** captura de tela do Google Imagens obtida a partir da busca pelo termo “cabelo feio”. A interface apresenta uma grade com aproximadamente várias dezenas de imagens.

Predominam fotografias de pessoas negras, especialmente mulheres com cabelos crespos, muitas em enquadramento de rosto ou busto. Também aparecem elementos próprios da interface do buscador, como barra de pesquisa, miniaturas organizadas em grade e áreas de navegação. O conjunto visual evidencia a associação recorrente entre o termo pesquisado e imagens de corpos negros femininos, o que sustenta a análise da racialização estética produzida pelo sistema.

A figura ilustra como o **TDTA** permite compreender criticamente a produção algorítmica de sentidos. O **TP** é o termo digitado, “cabelo feio”, que ativa o sistema e aciona uma rede de associações históricas e sociais. O **TA** corresponde à lógica invisível de indexação e hierarquização que, ao processar os dados, reproduz padrões estatísticos marcados por vieses raciais. Por fim, o **TR se** materializa na visualidade apresentada, que é um conjunto de imagens de pessoas negras, em especial mulheres, cujos cabelos crespos são performados como correspondentes à noção de “feio”. Assim, o que parece uma simples sequência técnica de entrada, processamento e saída constitui, na verdade, um **circuito discursivo de necroalgoritmização**, no qual a lógica algorítmica reinscreve hierarquias coloniais de estética e valor.

A curadoria algorítmica presente nesse conjunto de imagens não apenas devolve resultados, mas os sentencia. A resposta algorítmica age como instância final de uma triangulação textual, ao transformar padrões estatísticos em afirmações estéticas e sociais. O que deveria ser apenas um reflexo da web torna-se, na prática, uma reorganização ideológica da invisibilidade. O TR consolida, com a autoridade da suposta neutralidade técnica, um julgamento estético carregado de colonialidade.

Neste caso, a necroalgoritmização opera de forma **interseccional** na medida em que afeta sujeitos situados na encruzilhada entre raça, gênero, estética e representação digital. O que se vê não é a mulher negra, mas a mulher negra como índice visual da anomalia. O cabelo crespo não é apenas um traço, mas uma marca ontológica de desvio do discurso da beleza. A multiplicidade dos corpos negros femininos é anulada pela lógica algorítmica da equivalência visual, já que todos estão reunidos sob um único enunciado: “cabelo feio”.

Essa operação não se limita à ausência, mas recorre à **hipervisibilidade distorcida**. A mulher negra é visível como caricatura, exceção e ruído no padrão da beleza. O algoritmo, ao devolver essas imagens, **transforma o corpo dissidente em evidência técnica do desvalor**, pois mostra e performa um julgamento. O TR se torna, assim, o último elo de uma triangulação textual que começa na ideologia do TP, é processada na lógica racista e misógina do TA e culmina na enunciação imagética da exclusão.

#### 4.4. A NECROALGORITMIZAÇÃO COMO TEXTUALIDADE INTERSECCIONAL

Lido à luz do **TDTA**, este caso explicita o funcionamento interseccional da necroalgoritmização como um circuito de exclusão. O **TP** inscreve, já na entrada, uma matriz de valores excludentes que ativa o sistema; o **TA**, em seguida, processa essa solicitação reproduzindo hierarquias raciais

e sexistas sob a aparência de técnica e opacidade; por fim, o **TR** devolve ao olhar público a versão codificada dessa exclusão, apresentada como resposta legítima. O corpo de Sah Oliveira, assim como os demais exibidos na figura 2, exemplifica como corpos negros, femininos e dissidentes são traduzidos em ruído semântico, reduzidos a rastros residuais de uma linguagem computacional treinada para reiterar, com eficiência maquínica, aquilo que o mundo já insiste em marginalizar há séculos.

Assim como no estudo de Noble (2021), o que está em jogo não é apenas a eficiência da máquina, mas sua capacidade de reencenar estruturas coloniais sob a forma de interface amigável. Dizer que o algoritmo é um texto (Araújo, 2025b), neste contexto, é dizer que ele pode e deve ser lido criticamente, interpretado como performance ideológica, e, sobretudo, reescrito. Pois se o código determina quem é visível e quem é reduzido à caricatura, então a tarefa crítica é hackear suas sintaxes, desprogramar suas gramáticas e reimaginar suas linguagens.

Casos como o de Sah Oliveira, reiterados no teste apresentado acima, não configuram episódios isolados, mas sintomas de uma lógica sistêmica em que algoritmos atuam como vetores de apagamento e controle. Ao se tornarem estruturantes do cotidiano, esses sistemas ultrapassam a condição de meros dispositivos técnicos e passam a operar como pilares de uma sociedade moldada pela necroalgoritmização.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se os algoritmos são textos, e este ensaio sustentou que o são, então seus efeitos não se limitam ao campo técnico, mas atravessam as esferas do simbólico, do social e do político. Do ponto de vista defendido aqui, um algoritmo não apenas calcula, mas também enuncia. E sua enunciação, ao ser naturalizada sob o signo da neutralidade, converte-se em forma de governo discursivo, uma linguagem que organiza o mundo e distribui o valor das vidas.

A necroalgoritmização, nesse sentido, não se limita ao erro técnico nem à exceção estatística, pois ela se manifesta como uma gramática social automatizada, em que os marcadores de raça, gênero, classe e sexualidade são constantemente reescritos como desvio. Quando se rotula um corpo negro como “gorilla” ou se associa um cabelo crespo à feiura, o que está em jogo não é apenas uma falha algorítmica, mas uma violência epistêmica que reduz sujeitos a categorias estigmatizantes. Esses episódios não são desvios técnicos, mas apontam para o sintoma ordinário daquilo que chamo de *sociedade da necroalgoritmização*.

Trata-se de uma sociedade estruturada por dispositivos técnico-discursivos que classificam, silenciam, hierarquizam e performam exclusões com base em dados historicamente enviesados. O caso de Jacky Alciné, nos Estados Unidos, e de Sah Oliveira, no Brasil, mostram que a lógica da opressão algorítmica não opera em um único eixo na medida em que atua nas interseções,

convertendo corpos racializados, femininos, masculinos e dissidentes em signos automatizados do erro ou da anomalia.

Ao aplicar o TDTA, este ensaio procurou mostrar que o racismo, o sexismo e outras formas de opressão são reproduzidos e **formalizados discursivamente pelas máquinas**, inscritas em prompts enviesados, processadas por algoritmos opacos e devolvidas ao mundo sob respostas que performam muita violência simbólica. Ao longo deste percurso, mostrei que a necroalgoritmização não se limita a efeitos sociais, mas se manifesta na própria textualidade algorítmica, reiterando exclusões históricas sob a forma de respostas técnicas. É diante desse quadro que se inscreve a urgência de uma ética interseccional do código.

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara não haver conflitos de interesse de natureza pessoal, acadêmica, institucional, comercial ou financeira que possam ter influenciado a elaboração deste estudo.

### DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados, materiais e documentação que apoiam as descobertas deste estudo estão abertamente disponíveis no repositório Zenodo em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18382157>. O pacote depositado inclui documentação do teste realizado no Google Imagens, registro da consulta, data, contexto e lista de itens observados, bem como um arquivo README com descrição dos campos e instruções para replicação analítica. Os dados foram derivados de fontes publicamente disponíveis na web (Google Imagens). Devido a restrições legais e de direitos autorais, conteúdos de terceiros (imagens) não são redistribuídos; nesses casos, o repositório fornece apenas metadados descritivos e links de acesso às fontes originais. Esses materiais permitem a replicabilidade metodológica e a avaliação por pareceristas dentro dos limites ético-legais aplicáveis.

### DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Ferramentas de IA generativa foram utilizadas de forma limitada como apoio à revisão linguística e sintática, à reorganização textual de seções editoriais e à formulação de declarações exigidas pela revista. Especificamente, foi utilizada a ferramenta ChatGPT (OpenAI, modelo GPT-5.2). Nenhuma ferramenta de IA foi utilizada para gerar dados empíricos, formular hipóteses, realizar análises, produzir interpretações teóricas ou elaborar conclusões. O autor assume integral responsabilidade

pelo conteúdo intelectual, analítico e interpretativo do manuscrito. Os prompts utilizados estão disponibilizados publicamente em repositório com DOI, conforme indicado na Declaração de Disponibilidade de Dados.

#### CONSENTIMENTO E ÉTICA

Este estudo não envolveu recrutamento, interação ou intervenção com participantes humanos, nem coleta de dados pessoais identificáveis; portanto, não se aplica aprovação por comitê de ética em pesquisa. Este estudo utiliza materiais publicamente acessíveis (resultados de busca e imagens indexadas em mecanismo de busca) para fins de análise crítica. Foram adotados cuidados para minimizar riscos de identificabilidade e exposição indevida, tratando os resultados como registros contextuais de uma interface algorítmica em data/hora específicas e evitando a republicação desnecessária de imagens de terceiros. Tais cuidados também orientam o compartilhamento dos materiais no repositório de dados: quando houver limitação ético-legal para redistribuição de imagens, essa restrição é explicitada e substituída por registros descritivos e referências que permitam auditoria do procedimento dentro dos limites legais e éticos aplicáveis.

#### FONTES DE FINANCIAMENTO

Este trabalho foi apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (Processo nº 303677/2025-2). O artigo integra a rede de pesquisa "VIRAL: Violência política interseccional e mediações algorítmicas no discurso digital", iniciativa interinstitucional entre IFAL, UFG, UFC e UFRJ, coordenada por Danillo da Conceição Pereira da Silva e financiada pelo CNPq no âmbito da Chamada CNPq/MCTI nº 44/2024 (Processo nº 407489/2025-8).

#### AVALIAÇÃO E RESPOSTA DOS AUTORES

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2026.V7.N4.ID882.R>

Resposta dos Autores: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2026.V7.N4.ID882.A>

#### REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. 80% das prisões errôneas por reconhecimento facial no RJ são de negros. *Agência Brasil*, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2022-01/80-das-prisoas-erroneas-por-reconhecimento-facial-no-rj-sao-de-negros>. Acesso em: 13 set. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Estudo aponta riscos das tecnologias de reconhecimento facial. *Agência Brasil*, 20 maio 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-05/estudo-aponta-riscos-das-tecnologias-de-reconhecimento-facial>. Acesso em: 13 set. 2025.

ALI, S. M. *Algorithmic racism: a decolonial critique*. Milton Keynes: The Open University, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/14124452/Algorithmic\\_Racism\\_A\\_Decolonial\\_Critique](https://www.academia.edu/14124452/Algorithmic_Racism_A_Decolonial_Critique). Acesso em: 27 jan. 2026.

ALI, S. M. Decolonizing information narratives: entangled apocalypitics, algorithmic racism and the myths of history. In: *IS4SI Summit 2017: Digitalisation for a Sustainable Society*. Gothenburg, 2017. Proceedings, v. 1, n. 3, p. 50, 2017. <https://doi.org/10.3390/IS4SI-2017-03910>.

AMPARO, T.; PRADO, V. M. Racismo creditício no Brasil e nos EUA: risco discriminatório no acesso a crédito. *Revista Direito GV*, v. 20, n. 1, e2406, 2024. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202406>.

ARAÚJO, J. *Necroalgoritmização: notas para definir o racismo algorítmico*. São Paulo: Mercado de Letras, 2025a.

ARAÚJO, J. O algoritmo é um texto. *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 18, e58505, 2025b. <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2025.58505>.

ARAÚJO, J. Instâncias textuais do racismo algorítmico. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, v. 17, p. 18-57, 2025c. <https://doi.org/10.21747/21833958/red17a1>

ASSEF, F. M. *Algoritmos de classificação em aplicação financeira: avaliação de risco de crédito para pessoa jurídica*. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BEAUGRANDE, R. *New foundations for a science of text and discourse*. Stamford: Ablex Publishing, 1997.

BOA SORTE, P. R. *Inteligência artificial, linguagens e educação*. Aracaju: EDIFS, 2024.

BOA SORTE, P.; GONÇALVES, L.; SANTOS, Í. Algoritmos da normatividade: censura automatizada de corpos dissidentes nas redes sociais. *Revista Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 233-257, 2024. <https://doi.org/10.46230/lef.v17i3.15992>

BOYD, D.; CRAWFORD, K. Critical questions for Big Data: Provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 662-679, 2012. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.678878>

BRASIL DE FATO. Resultado da CPI do reconhecimento fotográfico na Alerj é insuficiente. *Brasil de Fato*, 9 maio 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/09/resultado-da-cpi-do-reconhecimento-fotografico-na-alerj-e-insuficiente>. Acesso em: 13 set. 2025.

BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *Proceedings of Machine Learning Research*, v. 81, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a.html>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BURRELL, J. How the machine 'thinks': Understanding opacity in machine learning algorithms. *Big Data & Society*, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2016. <https://doi.org/10.1177/2053951715622512>

BUSINESS INSIDER. Google Photos labelled black people as "gorillas". *Business Insider*, 1 jul. 2015. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/google-tags-black-people-as-gorillas-2015-7>. Acesso em: 26 maio 2025.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. *The costs of connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

CRAWFORD, K. *Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence*. New Haven: Yale University Press, 2021.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatórios apontam falhas em prisões após reconhecimento fotográfico. *Defensoria Pública do RJ*, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/11088-Relatorios-apontam-falhas-em-prisoas-apos-reconhecimento-fotografico>. Acesso em: 13 set. 2025.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. 2. ed. London: Longman, 2001.

GARCÍA-CANCLINI, N. *Cidadãos substituídos por algoritmos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

GARCIA, A. C. B.; GARCIA, M. G. P.; RIGOBON, R. Algorithmic discrimination in the credit domain: what do we know about it? *AI & Society*, v. 39, p. 2059-2098, 2024. <https://doi.org/10.1007/s00146-023-01676-3>

GOODFELLOW, I.; BENGIO, Y.; COURVILLE, A. *Deep Learning*. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.

HILL, R. K. What an Algorithm Is. *Philosophy & Technology*, v. 29, n. 1, p. 35-59, 2016. <https://doi.org/10.1007/s13347-014-0184-5>.

JURAFSKY, D.; MARTIN, J. H. *Speech and language processing: an introduction to natural language processing, computational linguistics, and speech recognition*. 3. ed. Stanford: Stanford University, 2023. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~jurafsky/slp3/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

KITCHIN, R. *The Data Revolution: Big Data, Open Data, Data Infrastructures and Their Consequences*. London: SAGE, 2014.

KOCH, I. V. *A coerência textual*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: MARCUSCHI, L. A. (Org.). *Gêneros textuais: teoria e prática*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 19-40.

MARQUES, I. O que o Google mostra quando você pesquisa por "cabelo feio"? Dicas de Mulher, 2023. Disponível em: <https://www.dicasdemulher.com.br/noticias/o-que-o-google-mostra-quando-voce-pesquisa-por-cabelo-feio/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T. Para uma redefinição de letramento crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, Ruberval Franco; ARAÚJO, Vanessa de Oliveira (orgs.). *Letramentos e Multiletramentos*. Campinas: Pontes, 2011. p. 129-146.

MIKOLOV, Tomas; CHEN, Kai; CORRADO, Greg; DEAN, Jeffrey. *Efficient estimation of word representations in vector space*. In: *Proceedings of the International Conference on Learning Representations (ICLR)*, 2013. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1301.3781>. Acesso em: 27 jan. 2026.

MITCHELL, T. M. *Machine Learning*. New York: McGraw-Hill, 1997.

MOITA LOPES, L. P. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

NBC MIAMI. *Police obtain Amazon Alexa recordings in death case*. Miami, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://www.nbcmiami.com/news/local/police-obtain-amazon-alexa-recordings-in-death-case/1614767/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

NISSENBAUM, H. *Privacy in Context: Technology, Policy, and the Integrity of Social Life*. Stanford, CA: Stanford Law Books, 2010.

NOBLE, U. S. *Algoritmos da opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo*. Tradução Felipe Damorim. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

O'NEIL, C. *Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Tradução Rafael Abraham. Santo André: Rua do Sabão, 2020.

PASQUALE, F. *The Black Box Society: The secret algorithms that control money and information*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

PENNYCOOK, A. *Critical Applied Linguistics: A Critical Introduction*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2001.

PENNYCOOK, A. *Language as a local practice*. London: Routledge, 2010.

PRIVACY INTERNATIONAL. *Witness "Alexa" is called to give evidence in ongoing murder investigation in Florida*. Londres, 2019. Disponível em: <https://privacyinternational.org/examples/3275/witness-alexa-called-give-evidence-ongoing-murder-investigation-florida>. Acesso em: 27 jan. 2026.

RAJAGOPALAN, K. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 19, n. 2, p. 323-338, 2003.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *Panóptico: reconhecimento facial renova velhas táticas racistas de encarceramento*. 2023. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/panoptico-reconhecimento-facial-renova-velhas-taticas-racistas-de-encarceramento/>. Acesso em: 26 maio 2025.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. *Artificial Intelligence: A Modern Approach*. 4. ed. Hoboken: Pearson, 2021.

SANTOS, L. G. de M.; COSTA, A. B. da; DAVID, J. da S.; PEDRO, R. M. L. R. Reconhecimento facial: tecnologia, racismo e construção de mundos possíveis. *Psicologia & Sociedade*, v. 35, e277141, 2023. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277141>

SILVA, T. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições SESC, 2022.

THE GUARDIAN. Google 'fixed' racist photo labelling bug by removing gorilla label. *The Guardian*, 12 jan. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/jan/12/google-racism-ban-gorilla-black-people>. Acesso em: 26 maio 2025.

WIRED. *Meet the star witness: your smart speaker*. San Francisco, 2020. Disponível em: <https://www.wired.com/story/star-witness-your-smart-speaker/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs, 2019.